

Alberto Antoniazzi e a Igreja

J. B. Libanio*

RESUMO

Pe. Alberto Antoniazzi revelou-se um teólogo preocupado fundamentalmente com a presença da Igreja no mundo de hoje e, de modo especial, na cidade. Desenvolveu uma eclesiologia centrada na missão da Igreja no sentido de Povo de Deus que abraça tanto o clero como os leigos. Além de uma prática de professor e formador do clero, contribuiu com reflexões sobre o ministério ordenado, compulsando as fontes neotestamentárias e a longa tradição histórica da Igreja. E deteve-se, outrossim, na relevância da atuação do fiel cristão tanto no âmbito interno da Igreja quanto na sociedade.

Palabras clave: Clero; Ministérios; Leigo; Igreja local; Evangelização; Cultura urbana.

DOIS NOMES SOAM BEM próximos: Antoniazzi e Igreja. Não o compreendo a não ser metido na múltipla tarefa de pensar uma eclesiologia atualizada, os ministérios condizentes com ela e os leigos envolvidos numa pastoral viva. Sua obra se ilumina com base em opções fundamentais feitas por ele na sua vida. Italiano, milanês de nascimento, consagrou-se ao Brasil. Primeiro ponto esclarecedor. Veio jovem e mergulhou com generosidade numa realidade que não era sua. E talvez por isso a tenha conhecido melhor que muitos brasileiros. A distância de nacionalidade permitiu-lhe um olhar crítico que é dificultado pela proximidade nativa. Conservou um traço de erudição e cultura italianas que lhe possibilitou comparações enriquecedoras. Visitava com frequência a Itália, de onde trazia informações teóricas e práticas sobre a vida da Igreja, adquiridas pela riqueza de contactos mantidos. Com uma bagagem teológica sempre renovada na preciosa fonte européia, adentrava-se na realidade pastoral. Conhecia como

* Prof. Dr. João Batista Libanio, Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma; Professor de Teologia Fundamental do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus de Belo Horizonte (MG) e membro do Núcleo de Teologia da PUC Minas.

ninguém os meandros da vida eclesial brasileira por meio de longa assessoria na CNBB. Na Arquidiocese de Belo Horizonte, seu conhecimento circulava por curvas pouco conhecidas. Aí está sua participação na obra sobre D. João, dedicando um estudo sobre a Igreja de Belo Horizonte.¹

INTÉRPRETE AGUDO DE DADOS ESTATÍSTICOS

O Pe. Alberto, por mais que valorizasse os contactos e os conhecimentos da realidade pela via da experiência concreta, desconfiava, porém, de certo primitivismo pastoral. Por isso, visitava assiduamente pesquisas sobre a vida religiosa e civil do povo brasileiro, sobre as radiografias espirituais e sociais das cidades. Interrelacionava com maestria esses dois tipos de conhecimento. Os seus trabalhos manifestam constante preocupação com um duplo movimento. Hauria, quanto podia, reflexões teológicas e pastorais dos dados empíricos das pesquisas que freqüentava. Mas também buscava neles a justificativa de posições teológicas bebidas em fontes de livros. A circularidade entre dados estatísticos e considerações teológico-pastorais atravessa praticamente toda sua obra. Daí lhe vêm consistência e atualidade, superando os simplismos comuns aos pastoralistas apressados.

Não é fácil manejar dados estatísticos. O Pe. Alberto possuía excelente capacidade e crescente preparo nessa tarefa. Seu último livro,² publicado poucos dias antes de sua morte, manifesta eximamente esse seu perfil intelectual próximo dos dados e lúcido nas explicações e conclusões pastorais.

Ao referir-se ao Censo 2000 do IBGE, estranha como teólogos e homens de Igreja não se debruçaram sobre ele para retirar lições dos números. Um primeiro dado salta aos olhos. O Brasil, que em 1970 era um país em que a religião católica monopolizava crenças e atitudes religiosas, começa, a partir de 1980, um processo crescente de diversificação religiosa, a ponto de, em 2000, a cota de católicos cair para 73,9%. Cresceram as igrejas evangélicas e os “sem religião”, e Rondônia e o Norte do País atingem as maiores taxas de diversidade assim como o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. As regiões metropolitanas sofrem também mais o impacto de tal fenômeno. Antoniazzi estuda minuciosamente o mapa religioso do País.

Diante dele armou hipóteses. O tamanho das paróquias urba-

¹ Faces e fases da Igreja de Belo Horizonte dos anos 50 aos anos 70. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **As veredas de João na barca de Pedro.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2002, p. 63-142.

² **Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?** São Paulo: Paulinas, 2004.

nas, mais extenso do que a já alta média nacional, o esgotamento prematuro das forças físicas e espirituais do clero dificultam atendimento adequado dos fiéis. A frequência dos 20% a 30% dos católicos permite ao clero a sensação de um serviço absorvente, vedando-lhe preocupar-se com as exigências do público potencial e assumir tarefas inovadoras. Numa palavra: o problema pastoral urbano se agrava porque os padres se restringem e se satisfazem com o número dos fiéis que já freqüentam as igrejas. Uma vez que eles consomem com a parcela praticante toda a energia disponível, carecendo então de criatividade e renovação pastoral. Faltam à Igreja católica dinamismo, capacidade de mobilização e estratégia de evangelização que as igrejas pentecostais e neopentecostais têm e por isso crescem muito mais rapidamente. Além disso, observa Antoniazzi, citando Ricardo Mariano, que o pentecostalismo aproveita das raízes religiosas populares, como a crença em Jesus, demônios, milagres, mitos bíblicos, pecado, curas, intervenções sobrenaturais, feitiçarias, concepções escatológicas. Servem-se também de técnicas de *marketing* e de cunho empresarial.

Em outros estudos sobre o mesmo Censo 2000, ele levanta a suspeita de que, sob o rótulo de católico, se esconde dupla ou mais pertença dos fiéis a outras expressões religiosas. Isso se conjuga bem com a tendência geral da modernização dos hábitos da população brasileira na direção do crescimento do individualismo e do subjetivismo que se manifestam na desinstitucionalização da religião e na conseqüente privatização das suas formas. Cresce a religiosidade do povo brasileiro, e diminuem as práticas das religiões institucionais. Há mais expressões religiosas que as pessoas podem escolher, não seguindo a religião antes praticada por tradição familiar. Isso traz a conseqüência positiva de que os católicos praticantes o fazem por convicção e já não simplesmente por inércia cultural. Antoniazzi, com os dados estatísticos, refuta a posição de certos conservadores que acusavam as CEBs e a Teologia da Libertação pela politização da fé e, por conseguinte, pela queda da frequência religiosa. Três dados desmentem tal afirmação: onde as CEBs estão mais ativas aí a presença católica se conserva melhor, os anos de maior êxodo da Igreja não coincidem com o tempo forte da Teologia da Libertação, mas com o da Renovação Carismática e dos padres cantores, *pop-stars* de televisão, e, finalmente, acrescenta ele, o Rio de Janeiro, que teve uma pastoral conservadora e centrali-

zada, arredia à libertação, foi onde a queda de frequência católica se fez mais expressiva.

Em outro momento, debruçou-se sobre o fenômeno pentecostal e neopentecostal, que, a partir da década de 1980, começou a preocupar a Igreja, depois que ela deixara o túnel escuro da repressão. Ademais, observa ele, esfriara o interesse do episcopado e das dioceses pelo diálogo ecumênico. E tal afirmação vinha confirmada por uma pesquisa interna da CNBB que constatava o ecumenismo não ser prioridade nos planos pastorais em nenhuma diocese.³ Percebeu que sociologicamente a expansão do pentecostalismo é fruto de uma conjuntura sociocultural que afeta toda a sociedade brasileira e, nela, a própria Igreja católica. Esses mesmos fatores que “favorecem a expansão do pentecostalismo criam o terreno propício ao crescimento da Renovação Carismática Católica, a qual – apesar das diferenças doutrinárias ou teóricas – apresenta na prática fortes analogias com o pentecostalismo de matriz protestante”.⁴ Esses rápidos *flashes* dos estudos de Antoniazzi mostram seu interesse e acuidade em analisar os dados estatísticos em relação com a pastoral.

Há escritores que se resumem na vida ao que publicaram. Sua presença e influência reduzem-se aos escritos. Atingem até lá onde chegam as letras lidas. O Pe. Alberto é bem diferente. Deixou o legado escrito que continuará sua presença entre nós, como escritor. Tornar-se-á, esperamos, objeto de pesquisa sobre a vida da Igreja do Brasil e, de modo especial, da Arquidiocese de Belo Horizonte. Excelente campo para dissertações e teses. Que algum estudante se anime!

Mas ele foi também homem incansável de reuniões de pastoral. E nelas, com a maior naturalidade e inteligente sagacidade, punha-se a secretariar. Nesse trabalho pesado e cansativo, marcava com sua pena culta os textos que se iam redigindo. Nunca se conseguirá saber realmente o alcance da presença de seu pensamento nas atas, na redação dos documentos da CNBB, na seleção e incorporação das emendas dos bispos, na produção dos subsídios do Projeto Pastoral Construir a Esperança e na preparação e realização das Assembléias do Povo de Deus (APD) na Arquidiocese de Belo Horizonte. Embora já enfermo e não tivesse estado presente na II APD, deixara na preparação marca indiscutível.

Incansável também foi a sua presença em outra instituição importante da Igreja: Instituto Nacional de Pastoral da CNBB. Organizou cursos para bispos, produziu trabalhos de qualidade,

³ A Igreja católica face à expansão do pentecostalismo. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **Nem anjos nem demônios**: interpretações sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 17-23, *hic* p. 18; O catolicismo no Brasil. In: LANDIM, Leilah. **Sinais dos tempos**. Tradições religiosas no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1989, n. 22, p. 13-35.

⁴ A Igreja católica face..., p. 19.

assessorou encontros diversificados de pastoral, colaborou na publicação de documentos e estudos da CNBB. Em todo esse longo período de atividade, a pessoa do Pe. Alberto esteve presente e ativa. Nada praticamente se fez sem que ele desse alguma contribuição.

Se, usando a metodologia alemã clássica de exegese, lermos a vasta publicação oficial e oficiosa da Igreja do Brasil e de Belo Horizonte das últimas décadas, analisando-a quanto à história da tradição, da forma e da redação, encontraremos o Pe. Alberto presente nos três momentos. De sua cabeça, nasceram muitas das idéias (história da tradição); de seus múltiplos textos-rascunhos, teceram-se documentos-base (história das formas) e, por fim, por meio do seu retoque redacional (história da redação), elaborou-se sua redação final. Unicamente um estudo bem pormenorizado das camadas dos textos, talvez muito difícil, se não impossível, possibilitar-nos-ia perceber a influência decisiva do Pe. Alberto. Só o testemunho de muitos de nós que trabalhamos com ele em certos momentos da produção dos textos permitirá dar-nos conta de sua relevância. Dom Celso, ex-secretário-geral da CNBB e atual vice-presidente, afirma que “com exceção das Diretrizes da Ação Evangelizadora de 1975, ele (Pe. Alberto) participou das redações de todas as outras produzidas nessas últimas décadas”.⁵

⁵ **Jornal de Opinião**, 2005, n. 815, p. 5.

PASTORAL URBANA OU PASTORAL NA CIDADE

O Pe. Alberto era visceralmente urbano. Veio da grande cidade de Milão, na Itália, para inserir-se em Belo Horizonte, que sofreu violento processo de urbanização nas últimas décadas. Soube, no entanto, dissecar no coração da cidade as heranças rurais da pastoral da Igreja e da cultura do clero. Essa operação permitiu-lhe luminosas reflexões.

Preferia falar de pastoral na cidade à pastoral urbana, precisamente pela presença do urbano e rural na cidade. Nem tudo na cidade é urbano. Cidade é a geografia; urbano, a cultura. Na geografia da cidade, cabem até hoje muitas culturas, urbanas ou não.

Incorporou visceralmente o método da Teologia da Libertação ou, de maneira mais ampla, o método científico de partir do conhecimento analítico da cidade para pensar, em seguida, a pastoral. Suas críticas se dirigiam às pastorais da cidade que se

faziam na base do sentido comum, pré-científico. E, no caso, coincidiam com a cultura rural do pároco e dos fiéis em defasagem com a modernidade. A pastoral na cidade só pode ser arquitetada com base na compreensão de sua complexidade, na descontinuidade em relação ao universo rural, nas diferenças existentes no seu interior, na segregação espacial e social. E, como cada cidade sofre processo histórico diferente, impregna-se de dinâmica específica e cria relações complexas diferenciadas com o sistema econômico, político e cultural, cabe fazer análises de cada uma delas diversamente. O Pe. Alberto desconfiava de generalizações da “pastoral urbana”, entendendo todas as cidades de maneira idêntica na dinâmica e no processo histórico.

Ele não se satisfazia com leituras deterministas, como se os processos de urbanização fossem inexoráveis ao modo de leis da natureza. Um dos traços bem nítido de sua modernidade se manifestava na valorização da subjetividade, não somente conquanto captação experiencial da realidade, mas também como capacidade de transformação da realidade. O sujeito humano tem por onde reconstruir e ressignificar a cidade, e nessa tarefa insere-se a pastoral.

Diante do processo de secularização que se tornara quase um dogma nas décadas de 1960 e 1970, ele se situava criticamente, seguindo as intuições de Th. Luckmann na linha de uma privatização crescente da religião e não de sua secularização. A religião perdeu visibilidade social impositiva, mas adquiriu presença invasiva e infiltradora por meio de formas religiosas plurais. Mesmo a presença social da religião mostra vigor em muitos fatos recentes, tanto no seu papel na queda do socialismo do Leste quanto no ressurgimento do neoconservadorismo religioso americano e sua política. Estão na pauta das discussões o papel do fundamentalismo religioso e a política.

Para o Pe. Alberto, o binômio conceitual público e privado ilumina melhor a realidade do que o sagrado e profano. Ou na esteira de J. Habermas, ele prefere falar da relação sistema e meio vital para entender o papel da religião e, portanto, da Igreja na sociedade urbana. E, quando retoma o pólo rural-urbano, entende-o sob o ângulo da tensão tradição-inovação. Não entende a passagem do rural ao urbano como algo universal e sujeito à lógica de leis rígidas. De novo, retoma postura fundamental de ir à análise empírica de tais transformações em busca de fatos e situações reais.

A mudança da compreensão de tempo e espaço na cidade traz sérias implicações pastorais. Basta recordar o sentido do domingo, que voltou de novo à baila por ocasião da carta do Papa. Como ressignificar um “domingo rural”, dia do encontro entre trabalhadores que durante a semana vivem separados, para o “domingo urbano”, em que as pessoas cansadas de tanto contacto desejam o silêncio da fuga urbana? O Pe. Alberto entende a organização pastoral valendo-se da trilogia dos planos da CNBB, qual seja: pessoa, comunidade e sociedade. Minha suspeita é de que foi a CNBB que a pensou baseando-se em suas reflexões. Sua modéstia desloca a autoria para o nome oficial e não para o redator real.

Preocupava-lhe fundamentalmente a evangelização no mundo urbano. Nesse contexto, dedicou reflexões pertinentes sobre a evangelização e a cultura.⁶ Partiu do conceito antropológico de cultura, como “a condição concreta do homem histórica e socialmente situado” (GRITTI). Entendia a evangelização como missão específica da Igreja e, de modo especial, da Igreja local, a qual se realiza por meio do encontro do Evangelho com as culturas. E, nesse embate, que pode ser dialogal ou conflituoso, o Evangelho não vem quimicamente puro, mas a cavalo numa cultura. Trava-se, portanto, encontro de culturas, uma já evangelizada, sabe lá Deus em que grau e condições, outra menos ou ainda não tocada pelo Evangelho. E a cultura de uma região, digamos, brasileira, por sua vez, não é realidade homogênea, mas marcada pela diversidade. Segue-se então a necessidade de uma análise concreta e situada para captar a complexidade do problema. Pe. Alberto teve a acuidade de ir dissecando os estratos culturais para então idear a evangelização.

⁶ Evangelização e cultura. In: OLIVEIRA, Pedro R. *et al.* **Evangelização e comportamento religioso popular.** Petrópolis: Vozes, 1978. p. 71-102.

MINISTÉRIOS

A pastoral na cidade coloca em questão os ministérios da Igreja, ordenados ou não. E, em vista deles, a formação do clero. Outro ponto central das preocupações do teólogo Pe. Alberto. No final da década de 1970, apresentou, em forma de livro, estudos feitos para o Instituto Nacional de Pastoral.⁷

Inicia-o recorrendo às fontes bíblicas para entender os ministérios na Igreja. Seguindo bons trabalhos, elenca os principais ministérios na Igreja do Novo Testamento e a participação

⁷ **Os ministérios na Igreja, hoje:** perspectivas teológicas. Petrópolis: Vozes, 1977.

da comunidade nos serviços e nas decisões. Houve uma evolução dos principais ministérios no começo da Igreja. Da diversidade deles nas diferentes Igrejas locais, caminhou-se para a uniformidade das estruturas ministeriais em toda a Igreja universal; da predominância da função evangelizadora e profética, passou-se para a desconfiança para com o ensino e para a exaltação da autoridade dos pastores. Na relação ministérios e comunidade, esta se faz co-responsável pela missão da Igreja; ela participa também na eleição de seus ministros e na formulação das decisões; cria-se uma multiplicidade de ministérios e serviços, mais ou menos permanentes, mais ou menos oficiais e reconhecidos, muitos sendo assumidos por mulheres, ao lado dos ministérios principais ou hierárquicos.

Deste conjunto de experiências, Antoniazzi conclui a co-responsabilidade de toda a comunidade pela missão da Igreja e pela participação nas decisões; o ministério de decisão da comunidade deve ser concebido e exercido com base no exemplo de Cristo de serviço, e não de modelo humano de autoridade; o Novo Testamento evita aplicar aos ministros o vocabulário sacerdotal, mas o faz ao novo povo de Deus; ele não opõe carisma ao ministério e conhece predominantemente formas colegiais de ministério.

Amplia essas considerações neotestamentárias, estudando a teologia dos ministérios desenvolvida após o Concílio Vaticano II. O repensamento dos ministérios necessita ultrapassar o aspecto puramente interno da Igreja e ser encarado valendo-se de sua missão em face do mundo, organizando o melhor possível suas forças e serviços nessa perspectiva. Antoniazzi insiste na responsabilidade e adequação dos ministérios e das igrejas locais à missão, diversificando os ministérios conforme lugares e épocas. Ao abrirem-se os horizontes dos ministérios, surgirão mais e melhores vocações. E, nesse serviço plural ao mundo, a Igreja pode até tornar-se modelo para as sociedades humanas.

Ele parte de uma Igreja toda ministerial e toda responsável, para só depois pensar nas incumbências e nos ministérios diversificados. A realidade do ministério assume diferentes expressões que vão desde a atividade do cristão a serviço do Evangelho no mundo ou da edificação da comunidade cristã até os ministérios ordenados. Antoniazzi refere-se a Paulo VI, que definiu a disciplina dos ministérios (*Ministeria quaedam*, 1971). De fato, a atual disciplina da Igreja conhece os ministérios ordenados,

instituídos e extraordinários. Nos dois últimos blocos, há espaço para leigos.

Sem entrar na discutida questão da ordenação de homens casados, recorda que teologicamente nada se opõe a ela. Toca com discrição o polêmico tema da ordenação das mulheres, insistindo em dois pontos incontroversos: a igualdade básica entre homens e mulheres e o fato de que elas são chamadas a assumir parte maior de responsabilidade nas decisões das tarefas pastorais. Relembra o voto do Sínodo das dioceses alemãs de que as mulheres sejam admitidas ao diaconato. É um texto anterior às últimas e contundentes tomadas de posição do atual pontificado.

Prosseguindo a reflexão, Antoniazzi dedica alguns parágrafos sobre a escolha dos ministros. Sem querer voltar aos métodos da Antigüidade, considera os dois sistemas autônomos atuais. Em relação aos ministros ordenados, a escolha se faz normalmente pelos formadores do seminário. Esses apresentam o candidato ao bispo para a ordenação. A seleção acontece bem ou mal, conforme a capacidade de os formadores conhecerem os seminaristas. A escolha, porém, de ministros não ordenados nas comunidades processa-se por indicação da própria comunidade. Interferem mais pessoas na sua designação. A conjugação desses dois sistemas não incompatíveis pode propiciar formas novas de escolha desde que o critério supremo seja a busca da vontade de Deus para a comunidade e para o ministro indicado.

MINISTÉRIOS E PRESBÍTERO

Pe. Alberto abordou com clareza e coragem a questão do ministério ordenado.⁸ Habilitaram-no para abordá-la uma experiência prática e um perseverante estudo. Foi reitor e professor do Seminário Coração Eucarístico de Jesus, além de ter ministrado inúmeros outros cursos frequentados pelo clero. O Instituto Superior de Pastoral, que funciona na PUC Minas, considerou-o como professor até o final de sua vida.

Cumpriu funções importantes de presidente e secretário da Organização dos Seminários e Institutos do Brasil (OSIB), que lhe serviu como excelente laboratório de conhecimento sobre a formação dos seminaristas de todo o País. A longa docência junto a seminaristas e ao clero, ao lado de funções administrativas e

⁸ ANTONIAZZI, A. **Teologia e espiritualidade do presbítero.** Regional Leste II: CNBB, 1988.

de assessoria nesse mundo clerical, propiciou-lhe conhecimento invejável de todo o universo psicossocial, intelectual, espiritual e pastoral dos padres.

Não adotou nenhuma atitude pessimista de ver um clero atolado em crise dramática, nem também se consolou com a ingenuidade de que os padres se sentem felizes e realizados em seu ministério. Caracteriza-lhe as análises a fuga de clichês e de ditos fáceis. Volta-se quanto pode às pesquisas nacionais e estrangeiras. Uma primeira onda de pesquisas se levantou logo depois do Concílio Vaticano II, e, mais tarde, a partir da década de 1980 em diante, os Encontros Nacionais dos Presbíteros fornecem sucessivamente novos dados. Sobre eles se debruçou o Pe. Alberto. Num primeiro momento, chamou a atenção para o paradoxo de uma real generosidade e entrega ao trabalho por parte dos padres ao lado da fragilidade de estruturas eclesiais que os apóiam nessa tarefa tanto na relação com os bispos e colegas quanto na relação com o povo. Um sintoma manifestado freqüentemente é o desejo do clero de um celibato opcional e de maior comunhão presbiteral ao lado da queixa de autoritarismo. Sob tais asserções, subjazem muitas questões que nem sempre são explicitadas.

Crescente consciência de presbitério, como corpo de comunhão dos presbíteros com o bispo e entre si, vem emergindo das águas do Concílio Vaticano II. O Pe. Alberto não se contenta com a novidade do fenômeno. Vasculha a tradição e descobre-lhe os traços no Novo Testamento com raízes no judaísmo e sua independentização e originalidade cristãs, passando pelo testemunho de alguns padres da Igreja e suas vicissitudes históricas até o Concílio Vaticano que o retoma. E agora se põe a questão da recepção do Concílio. Em contraste com uma concepção unilateralmente sacerdotal do presbítero, apontam-se as outras duas funções profética e real (pastoral). Nesse horizonte, toma corpo o ministério missionário em resposta aos sinais dos tempos. Outra questão fundamental relançada pelo Concílio é a relação mais profunda entre ministério e vida do padre, de tal modo que o ministério brote da vida e a alimente. É com base no horizonte amplo da Igreja, da comunhão e da missão que se entendem o ministério presbiteral, sua espiritualidade, sua práxis. Comunhão é a forma como a Igreja revela ao mundo o plano salvífico de Deus, que consiste em construir comunhão com a humanidade. Como sacramento, a Igreja manifesta-a e realiza-a.

Assim a missão dos presbíteros se insere em tal dinâmica, de modo que a comunidade tenha uma relação constante e uma comunhão de vida com os pastores e estes testemunhem, não por meio de ações individuais, mas como grupo, a riqueza da Igreja que aponta para a comunhão trinitária. A categoria da colegialidade, aplicada diretamente aos bispos com o Papa, abre perspectivas para entender também a ação presbiteral. E quando se desce à missão prática, entram em jogo formas concretas de viabilizar tal comunhão no planejamento pastoral, nas relações fraternas em todos os níveis, na criação de instituições – Conselho presbiteral, Sínodo diocesano, conselhos pastorais, equipes de padres, coordenação diocesana de pastoral.

LEIGOS

A marca metodológica do Pe. Alberto manifesta-se no tema dos leigos. Um olhar para a situação e um olhar para a história. Mostra a mudança na perspectiva de teólogos que deslocaram a temática da relação entre clero e leigo. Até recentemente, o leigo era o problema, em razão das limitações que se lhes impunham. Hoje se fala que o problema é o clero. Talvez seja mais correto dizer que “não há uma lição da história do laicato que se imponha, nem no sentido de participação ativa, nem no sentido de legitimar o monopólio do clero na missão da Igreja”.⁹

Nos dois primeiros séculos da história da Igreja, não se registra o termo leigo. Predominava uma unidade favorecida pela oposição da Igreja ao mundo. Já a partir do início do século III, inicia-se processo lento de clericalização de função e da sua relação com o leigo, para responder a maior institucionalização da Igreja com a diminuição da perseguição. Interfere também a figura do monge, como homem espiritual, deixando o leigo com a sombra de carnal. Mais: a cultura habitou praticamente o mundo clerical, permanecendo o leigo iletrado. Mais um ponto de inferioridade. Houve, porém, também toques e movimentos de valorização do leigo desde a Antigüidade, atravessando a Idade Média com momento em que a nobreza feudal (leigos) predominou sobre os clérigos até a Reforma Gregoriana.

Na idade moderna, acontece a cisão entre a Igreja católica e as da Reforma, com conseqüências para a questão do leigo. Embora ambas as igrejas comungassem num ideal de renovação, a

⁹ ANTONIAZZI, A. Raízes históricas da condição atual dos leigos na Igreja. In: PINHEIRO, J. E. (Coord.). *O protagonismo dos leigos na evangelização atual*. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 16.

Igreja católica acentua o clericalismo com o lado positivo do aprimoramento do clero, enquanto os evangélicos, o papel do leigo. No entanto, continua existindo real participação do leigo católico nos primeiros séculos da modernidade, a saber: irmandades, atividades sociais e caritativas preparando no séc. XIX o movimento católico político-social e uma presença do leigo que entra pelo século XX. Fez-se na Igreja um corte: dentro dela tudo era confiado ao clero, externamente os leigos deviam atuar.

O estudo histórico levou o Pe. Alberto a perceber as novas perspectivas para o leigo. A herança é a distinção nítida entre ação religiosa e ação político-social, superando a indistinção entre movimento religioso e político dos católicos. A Ação Católica deixa de ser organização político-social para tornar-se predominantemente escola de formação de leigos e grupo de animação paroquial, manifestando a dupla pertença do leigo, ou seja, membro da Igreja e atuante na sociedade civil. Em torno da Ação Católica, travaram-se discussões sobre o papel específico do leigo na Igreja, até hoje não esclarecidas. O próprio Concílio acolheu, sem harmonizar, as duas lógicas da co-responsabilidade do leigo na missão comum da Igreja e a lógica da distinção entre orientação eclesial e decisões políticas. Terminando essa longa reflexão, o Pe. Alberto tipifica quatro tipos de leigo: simples fiel, católico engajado em política, o membro de movimentos eclesiais e o membro de institutos seculares. Fica a pergunta: qual é a distinção entre o elemento comum, estrutural e a determinação histórica, conjuntural?

CONCLUSÃO

Este breve passeio por alguns dos escritos do Pe. Alberto permite-nos perceber a mina de que dispomos. Deles surgirá uma eclesiologia consistente e uma pastoral atualizada que nos enriquecerá a Igreja para além de sua atuação pessoal, quando vivo. Agora fica a memória de sua prática e o legado de seus escritos. Com eles temos condição de continuar-lhe a obra.

ABSTRACT

Fr. Alberto Antoniazzi was a theologian deeply concerned with the presence of the church in today's world, specially in cities. He developed an ecclesiology based on the church's mission in the sense of God's people, embracing both the clergy and the laity. Besides his practice as a professor engaged in the clergy qualification, he also contributed reflections on *ões sobre o ministério ordenado*, compulsando as fontes neotestamentárias e a longa tradição histórica da Igreja. The relevance of Christian believers' performance within the church and in society was another focus of attention.

Key words: Clergy; Ministries; Laity; Local Church; Evangelization; Urban culture.

Referências

- ANTONIAZZI, Alberto. A Igreja católica face à expansão do pentecostalismo. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ANTONIAZZI, Alberto. Evangelização e cultura. In: OLIVEIRA, Pedro Ribeiro *et al.* **Evangelização e comportamento religioso popular**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ANTONIAZZI, Alberto. Faces e fases da Igreja de Belo Horizonte dos anos 50 aos anos 70. In: ANTONIAZZI, A. *et al.* **As veredas de João na barca de Pedro**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002.
- ANTONIAZZI, Alberto. O catolicismo no Brasil. In: LANDIM, Leilah. **Sinais dos tempos: tradições religiosas no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1989.
- ANTONIAZZI, Alberto. **Os ministérios na Igreja, hoje: perspectivas teológicas**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- ANTONIAZZI, Alberto. **Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?**. São Paulo: Paulus, 2004.
- ANTONIAZZI, Alberto. **Jornal de Opinião**, Belo Horizonte, n. 815, 2005. p. 5.
- ANTONIAZZI, Alberto. Raízes históricas da condição atual dos leigos na Igreja. In: PINHEIRO, J. E. (Coord.). **O protagonismo dos leigos na evangelização atual**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- ANTONIAZZI, Alberto. **Teologia e espiritualidade do presbítero**. Regional Leste II: CNBB, 1988.